

“Subsídio de Reintegração” dos membros 1º Governo de Filipe Nyusi custa 640 milhões de meticais



Com os moçambicanos cada vez mais sufocados, não pelas máscaras, mas pela nova crise económica causada pelo novo coronavírus o @Verdade descobriu que o primeiro-ministro, os ministros assim como os seus vices tornaram-se milionários apenas por terem feito parte do 1º Governo de Filipe Nyusi. Os 27 “dirigentes” repartir cerca de 640 milhões de meticais de “Subsídios de Reintegração”, montante que daria para cobrir quase todos os investimentos inscritos no Orçamento de Estado de 2020 para o sector da Educação ou da Saúde.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Naita Ussene [continua Pag. 02](#) →

Facilidades de IRPC só para Micro e Pequenas empresas “porque são aquelas que tem mais dificuldades”

O ministro da Economia e Finanças explicou ao @Verdade que a dispensa dos Pagamentos por Conta assim como o adiamento do Pagamento Especial por Conta só beneficiam as Micro e Pequenas empresas em Moçambique, “porque são aquelas que tem mais dificuldades, não vou pôr aí bancos, grandes empresas e a industria extractiva”.

Texto: Adérito Caldeira

Estão em vigor as facilidade aduaneiras e fiscais com vista a mitigar os efeitos económicos da covid-19 na economia moçambicana.

Na vertente fiscal o Governo de Filipe Nyusi abriu a excepção, até 31 de Dezembro de 2020, para “a compensação de créditos respeitantes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), de que o sujeito passivo seja titular, com dívidas relativas a impostos de natureza diversa a cargo da administração tributária”.

No entanto as medidas que mais aliviam os empresários são a dispensa “dos Pagamentos por Conta que, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 27 do Regulamento do Código do IRPC, aprovado pelo Decreto nº 9/2008, de 16 de Abril, deviam ser efectuados nos meses de Maio, Julho e Setembro de 2010”; e o “adiamento do Pagamento Especial por Conta que, nos termos do nº 1 do artigo 29 do Regulamento do Código do IRPC, aprovado pelo Decreto nº 9/2008, de 16 de Abril, deveria ser efectuado em três prestações, durante os meses de Junho, Agosto e Outubro de 2020, para os meses de

Janeiro Fevereiro e Março de 2021”.

Porém o Decreto 23/2020, de 27 de Abril, limita estas facilidades para os sujeitos passivos que tenham a situação fiscal regularizada e tenham apresentado, ano a ano de 2019, um volume de negócios anual não superior a 2,5 biliões de meticais. Portanto destina-se apenas às cerca de 220 mil Micro e Pequenas empresas registadas em Moçambique e que empregam aproximadamente 800 mil pessoas.

Na semana passada a Confederação das Associações Económicas tornou público o seu desagrado por estas facilidades fiscais não se estenderem para todo o Sector Privado em Moçambique.

O @Verdade questionou ao ministro da Economia e Finanças os motivos pelos quais as Facilidades em sede dos impostos sobre Rendimentos são apenas para as Micro e Pequenas empresas. “Porque são aquelas que tem mais dificuldades, não vou pôr aí bancos, grandes empresas e a industria extractiva, pusemos aquelas que efectivamente



têm problemas de tesouraria”.

“Se fosse para todas empresas, veja os lucros que os bancos tem, se não pagarem IRPC como o Estado vive, nem sei se a sociedade iria entender”, argumentou ainda o ministro Adriano Maleiane nesta quarta-feira (13) na Assembleia da República numa pequena entrevista ao @Verdade onde revelou que estas facilidades vão significar menos 2,5 biliões de meticais em receitas fiscais.

O @Verdade apurou ainda que a dispensa dos Pagamentos por Conta “aplica-se, igualmente, aos sujeitos passivos titulares de rendimentos da segunda categoria, sujeitos ao Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRPS), que estavam obrigados a efectuar os referidos pagamentos nos termos do nº 1 do artigo 33 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8/2008, de 16 de Abril”.

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

ACONTECE

A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/verdademz

Produtores de açúcar pedem prorrogação da isenção do IVA durante a covid-19 em Moçambique

Como forma de baixar o preço do açúcar para os moçambicanos a Associação dos Produtores de Açúcar de Moçambique (APAMO) pediu ao Governo a renovação da isenção do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que a indústria beneficiou durante mais de duas décadas. "Seria bom se a lei que caducou no dia 31 de Dezembro de 2019, que a validade dessa lei pudesse ser prorrogada para este momento em que estamos todos sob pressão da covid-19" apelou João Jeque.

Texto: Adérito Caldeira

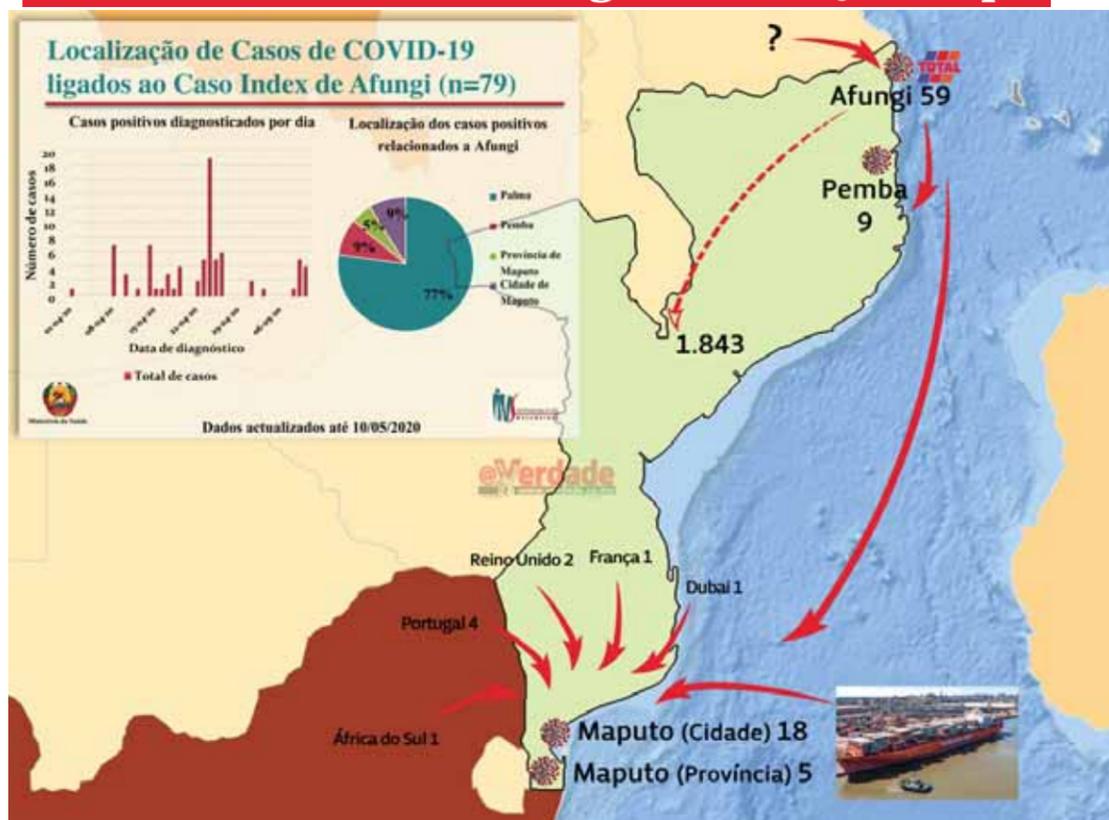
Falando em conferência de imprensa em Maputo, o director executivo da APAMO, voltou a justificar o aumento do preço do açúcar desde que a pandemia da covid-19 eclodiu com a incorporação de 17 por cento de IVA nos custos deste produto alimentar que Moçambique produz não só para o mercado nacional mas também exporta, particularmente para a Europa.

João Jeque também disse a jornalistas, na passada quinta-feira (07), que a escassez do açúcar no país deve-se também a maior demanda pelo produto, principalmente consumido pelas famílias mais pobres no chá, como fonte alternativa de proteínas na falta de outros alimentos.

"Recentemente estamos sobre a covid-19 e há a orientação para todos ficarmos em casa, a nossa opinião é que enquanto estivermos sob a pressão da covid-19 e tivermos de cumprir aquele dito fica em casa temos de perceber que as pessoas quando ficam em casa consomem mais alimentos, e temos de perceber que dos alimentos básicos disponíveis para as famílias nem todos estão lá, e o bem substituto de consumo ao qual as pessoas, estando em casa, recorrem é o açúcar", argumentou. Jeque afirmou que os Produtores de Açúcar de Moçambique consideram "que fosse útil haver medidas que permitam que o açúcar seja mais acessível às famílias. Praticamente estamos a dizer que seria bom se a lei que caducou no dia 31 de Dezembro de 2019 a vali-

continua Pag. 04 →

"Não há razão para fazermos testagem de forma indiscriminada em (na Península de) Afungi, nem em nenhum outro lugar" de Moçambique



Com 59 casos positivos as instalações da petrolífera Total na Península de Afungi continuarão a ser o epicentro da pandemia da covid-19 em Moçambique, pelo menos até ao fim do mês de Maio mesmo após a testagem de todos os 886 trabalhadores e do Director do Instituto Nacional de Saúde (INS) ter anunciado que "as cadeias de transmissão foram interrompidas". Apesar disso o Dr. Ilesh Vinodrai Jani deixou claro que "não há razão para fazermos testagem de forma indiscriminada (na Península de) Afungi, nem em nenhum outro lugar" de Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 04 →

91 infectados pela covid-19 em Moçambique; Trabalhador do Porto de Maputo infectado de fonte desconhecida

A Directora Nacional de Saúde Pública anunciou este domingo (10) o diagnóstico de quatro novos casos positivos do novo coronavírus que elevam para 91 os infectados no nosso país. A Dra. Rosa Marlene revelou ainda que o indivíduo moçambicano diagnosticado com covid-19 no passado dia 1 de Maio e cuja fonte de infecção ainda não foi determinada é trabalhador do Porto de Maputo. Apesar da declaração do Estado de Emergência os principais portos de Moçambique não foram encerrados e continuam a receber tráfego internacional de embarcações.

Texto: Adérito Caldeira

Entre sábado (09) e domingo (10) o Instituto Nacional de Saúde testou mais 174 casos suspeitos da covid-19, 78 da Província de Cabo Delgado, dos quais 22 do acampamento da Total em Afungi, 76 da Província de Maputo e 20 da Cidade de Maputo. "170 revelaram-se negativas para a infecção de covid-19 e quatro foram positivos para infecção da covid-19".

"Temos três indivíduos de nacionalidade moçambicana, do sexo masculino, de idade de 32 anos, 34 e 43 anos de idade, e um indivíduo de nacionalidade sul-africana, do sexo masculino de 41 anos de idade, todos são trabalhadores do acampamento de Afungi, no



Ditristo de Palma, na Província de Cabo Delgado", detalhou a Directora Nacional de Saúde Pública

que indicou que os quatro novos infectados "não apresentam sintomatologia," continua Pag. 04 →



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/verdademz



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 03 - "Não há razão para fazermos testagem de forma indiscriminada em (na Península de) Afungi, nem em nenhum outro lugar" de Moçambique

O líder dos epidemiologistas moçambicanos que combatem o novo coronavírus anunciou este domingo (10) que foram recolhidas 886 amostras de todos os trabalhadores da petrolífera Total nos três acampamentos que funcionam na Península de Afungi, no Distrito de Palma, na Província de Cabo Delgado.

"As últimas 23 amostras estão a ser testadas neste momento em que realizamos esta conferência de imprensa e portanto hoje será terminada esta primeira fase de todos aqueles que residem no acampamento e isto foi fundamental para identificar todos os casos positivos e negativos, tirar do acampamento os funcionários que não tem funções essenciais e para realocar os permanecem em áreas de risco diferenciadas, foram criadas áreas diferentes dentro do acampamento para se ir acelerando as áreas livres de covid-19 no acampamento", declarou o Dr. Jani.



Falando em conferência de imprensa na Cidade de Maputo o director-geral do INS explicou que 415 funcionários, que vão assegurar os serviços mínimos nas instalações do Megaprojecto de gás natural, "vão permanecer no acampamento e serão permanentemente testados, a cada 10 dias, e contamos com este processo de re-testagem dar como findo o surto naquele acampamento lá para o fim do mês de Maio, é um processo que já iniciou", contudo clarificou que "embora não hajam cadeias de transmissão activas dentro do acampamento nós ainda temos uma zona de isolamento com alguns casos que estão lá, queremos garantir que no final do processo não existam evidências de casos positivos dentro do acampamento".

"Foi implementado um plano de acções correctivas de prevenção e controlo de infecções na sua plenitude e as cadeias de transmissão foram interrompidas, os últimos casos que temos verificado tem valores de carga viral muito baixo, indicando que são infecções em fase de resolução e são infecções que foram adquiridas há várias semanas, nós cremos que as cadeias de transmissão todas dentro do acampamento foram quebradas", anunciou.

"Fazer mais testes não significa necessariamente encontrar mais casos positivos"

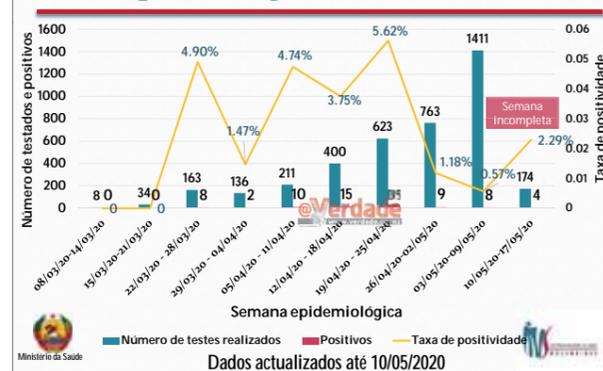
O Dr. Ilesh Jani enfatizou no entanto que "não temos nenhuma indicação de que existam casos de infecção por coronavírus em Afungi fora do acampamento, os casos são dentro do acampamento e este acampamento é um acampamento fechado, não há razão para fazermos testagem de forma indiscriminada nem em Afungi, nem em nenhum outro lugar".

"Nenhum país conduz testagem indiscriminada. Os testes custam muito dinheiro, os testes levam tempo a serem feitos. Há também aquilo que chamamos de custo de oportunidade, investir esforços em fazer testagem indiscriminada não só é um desperdício de recurso mas também diverge o recurso humano que pode estar a ser usado para fazer outras coisas para fazer uma testagem indiscriminada e que em termos de Saúde Pública não faz sentido", declarou o imunologista moçambicano que demonstrou que "fazer mais testes não significa encontrar mais casos positivos, portanto a testagem deve ser feita com inteligência, dentro de um sistema abrangente de vigilância".

Interpretando os dados consolidados das nove semanas epidemiológicas da pandemia da covid-19 em Moçambique o Director do Instituto Nacional de Saúde indicou que na semana entre 3 e 9 de Maio o número de testes "foi dramaticamente mais alto do que a semana anterior, nós testamos quase o dobro, no entanto a taxa de positividade reduziu de uma forma significativa. A taxa de positividade na última semana epidemiológica foi de 0,57 por cento, o que quer dizer que para nós encontrarmos um caso positivo testamos 175 indivíduos, embora tenhamos aumentado muito o número de testes realizados o número de casos positivos que nós encontramos não sofreu

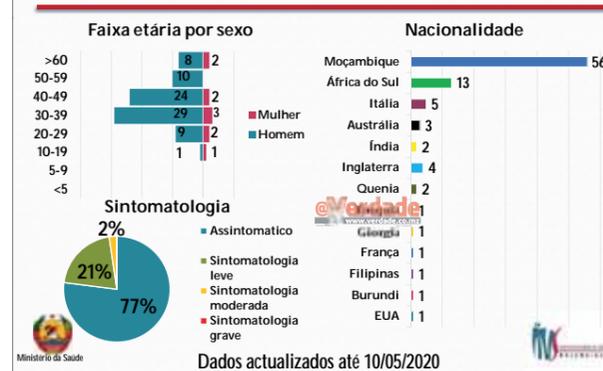
uma subida muito grande. Nós temos de entender que a testagem deve ser feita com critérios rigorosos e que fazer mais testes não significa necessariamente encontrar mais casos positivos".

Número de testados e de positivos por semana epidemiológica (n=3923)



Com os dados epidemiológicos actualizados até ao dia 10 de Maio o Dr. Ilesh Jani traçou o perfil dos casos positivos em Moçambique, são na sua maioria do sexo masculino, 81, "principalmente reflexo que esta epidemia tem uma forte dominância, até agora, de casos verificados no acampamento em Afungi onde a maior parte dos trabalhadores são do sexo masculino", são jovens com idades entre os 20 e os 49 anos de idade, 62, grande parte são moçambicanos, 56, e "nós continuamos com a maior parte dos casos sendo assintomáticos ou tendo uma sintomatologia ligeira".

Perfil dos casos positivos em Moçambique (n=91)



→ continuação Pag. 03 - Produtores de açúcar pedem prorrogação da isenção do IVA durante a covid-19 em Moçambique



dade dessa lei pudesse ser prorrogada para este momento em que estamos todos sob pressão da covid-19", em alusão a isenção de IVA que vigorava desde os anos 90, como parte das políticas fiscais de revitalização da indústria nacional.

O director executivo da APAMO explicou que "o facto de Moçambique ter repostado a produção do açúcar, naquilo a que chamaremos de revitalização bem sucedida, acontece quando Xinavane instala a refinaria, a linha de açúcar branco, não podemos considerar que o ciclo de desenvolvimento da indústria do açúcar termina porque já temos produção suficiente para o consumo nacional e até já exporta. Queria propor que a nossa perspectiva sobre o que é o negócio do açúcar nos desse este conforto de que como já temos açúcar

amarelo suficiente e temos açúcar branco suficiente e tudo isto dá para exportar já não há mais nada para fazer no sector do açúcar".

"Há aquilo que se chama de diversificação do sector do açúcar, nós temos melaço. O melaço pode permitir que Moçambique produza etanol e esse etanol pode servir para que usado na área dos transportes a factura de importação do crude caia substancialmente, por exemplo. Outra exemplo é nós produzirmos ração para alimento do gado, a pecuária pode ser um dos grande impulsionadores da diversificação", disse João Jeque sugerindo ao Governo de Filipe Nyusi "não seria bom pensar que como Moçambique já é autónomo no açúcar a atenção que o país deve dar no desenvolvimento desse sector terminou".

→ continuação Pag. 03 - 91 infectados pela covid-19 em Moçambique; Trabalhador do Porto de Maputo infectado de fonte desconhecida

assim sendo cumprimos com o protocolo do Ministério da Saúde de isolamento domiciliário".

A Dra. Rosa Marlene disse na conferência de imprensa deste domingo (10) que "todos imigrantes moçambicanos que regressaram da África do Sul e estavam no Centro de Trânsito de Magwaza foram testados e todos resultados foram negativos para a infecção da covid-19", contudo divulgou que um novo grupo de imigrantes ilegais no país vizinho está a caminho da Província de Maputo.

"Estamos a espera de 439 (ilegais da RSA) que vem, 39 chegaram e já estão em Ressano Garcia no Centro de Trânsito de Magwaza, os 400 recebemos informação que foram testados na África do Sul com resultados negativos, todos, e não vão para o Centro de Trânsito", afirmou a autoridade de Saúde Pública que juntou que este novo grupo sairá "da fronteira directamente para a suas de origem, obviamente com registo e seguimento através das Direcções Provinciais das zonas".

Entretanto a Directora Nacional de Saúde Pública revelou que o moçambicano com idade entre os 24 e 34 anos de idade, diagnosticado na Cidade de Maputo no passado dia 1 de Maio e cuja fonte de infecção não foi determinada é



trabalhador do Porto de Maputo.

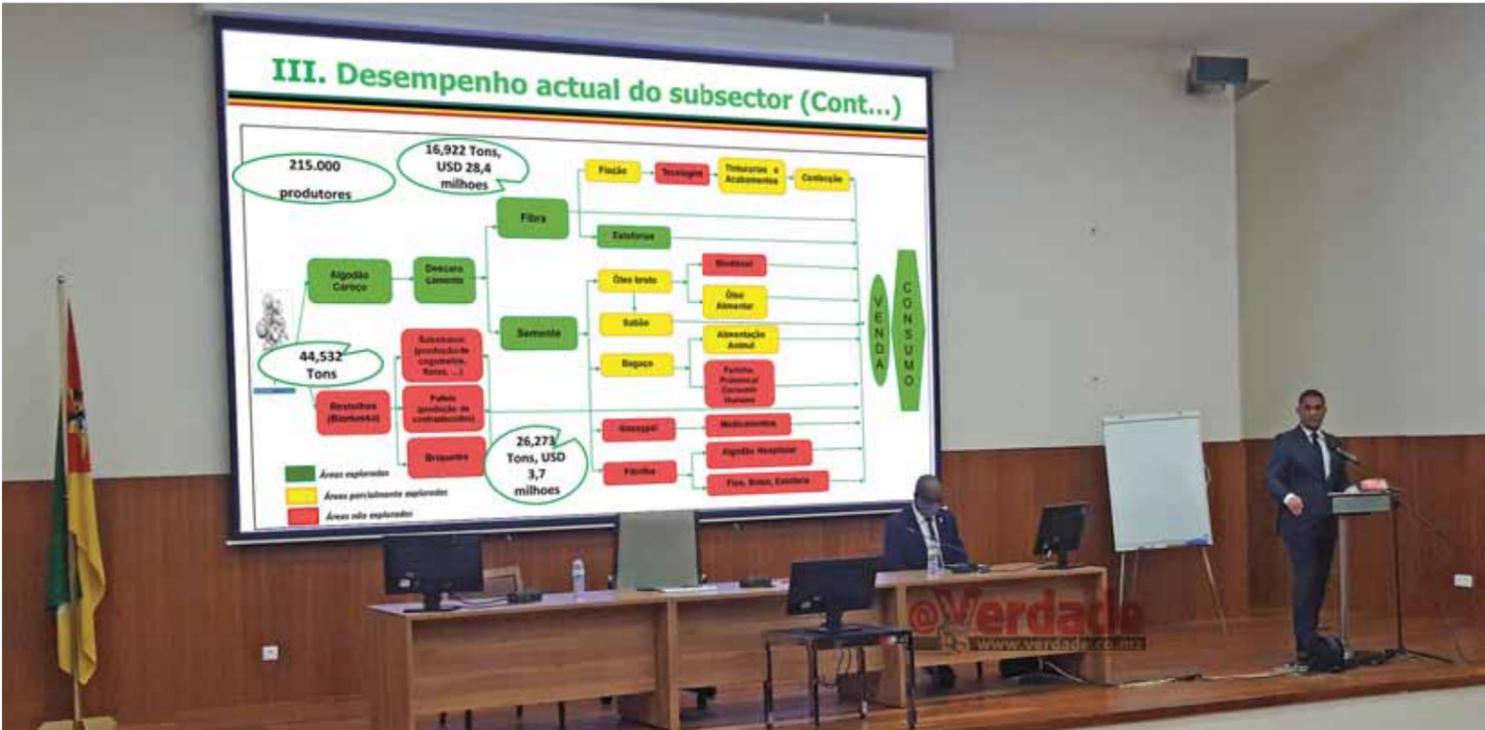
"Em relação ao caso do Porto (de Maputo), continua a investigação, neste momento foram recolhidas mais do que 100 amostras e esperam-se os resultados, o caso tem sintomatologia ligeira, mas ainda não se chegou a conclusão de que cadeia de transmissão faz parte. Aparentemente não está ligado a Afungi, provavelmente poderá ter sido contacto lá no Porto (de Maputo), continuamos a investigar e todos os colegas que na empresa, que é prestadora de serviços ao Porto, a quem se fez o rastreio", declarou a Dra. Rosa Marlene.

Não sendo um dos 82 casos de transmissão local, não tendo viajado para o exterior recentemente e sem nenhum relacionamento com a Província de Cabo Delgado ou com algum indivíduo que

trabalhe na petrolífera Total o @Verdade entende que este trabalhador do Porto de Maputo pode ter contraído a infecção em contacto com os muitos estrangeiros que continuam a entrar no país através desta fronteira portuária.

É que embora na Declaração do Estado de Emergência o Presidente Filipe Nyusi tenha anunciado a limitação "da entrada de pessoas nas fronteiras terrestres, aeroportos e portos, exceptuando-se para razões de interesse do Estado, transporte de bens e mercadorias por operadores devidamente credenciados e situações relacionadas com a saúde", o Governo deixou abertos os portos de Maputo, Beira, Quelimane e Nacala, os aeroportos de Maputo, Beira, Chimoio, Chingodzi, Quelimane, Nampula, Lichinga, Pemba e os aeródromos de Inhambane e Vilanculos.

Governo irá subsidiar preço do algodão para assegurar que “1 milhão de moçambicanos vão pôr alimentos na mesa”



Pela primeira vez em muitos anos o Governo irá subsidiar parte do preço do algodão para assegurar que “1 milhão de moçambicanos vão pôr alimentos na mesa”. Será a primeira intervenção do ministro Celso Correia na utopia da “fome zero” que desafiou as empresas fomentadoras e aos quase 200 mil camponeses a agregarem à produção do chamado “ouro branco” outras culturas de rendimento, como a soja e o milho, para terem acesso a subsídios que podem ascender a 4 milhões de dólares só em 2020.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 06 →

Covid-19 ultrapassa “chapa 100” em Moçambique com novos focos em Inhambane e na Beira; “Ainda não sabemos” se é transmissão comunitária

No 46º dia desde o diagnóstico do primeiro caso do novo coronavírus em Moçambique a pandemia parece estar para explodir com o diagnóstico de 12 novos casos de transmissão local, quatro deles na Cidade da Beira e um na Cidade de Inhambane, onde não existiam sequer casos suspeitos. Dentre novos doentes, o cumulativo ascendeu para 103, que neste momento não tem nenhuma ligação com os trabalhadores da Total em Afungi, existem dois menores “infelizmente, uma criança de 7 meses, do sexo masculino, e uma outra criança de 10 anos, também do sexo masculino”, anunciou o Ministro da Saúde que esclareceu: “É ou não transmissão comunitária o que nós temos, a resposta é ainda não sabemos”.

Texto: Adérito Caldeira

O Instituto Nacional de Saúde realizou mais uma maratona de testes de covid-19, 250 entre domingo (10) e segunda-feira (11) dos quais 238 revelaram-se negativos e 12 revelaram-se positivos. “Nove indivíduos são de nacionalidade moçambicana e três estrangeiros, todos com sintomatologia leve ou com sintomatologia moderada”, anunciou o ministro da Saúde.



“Devo aqui esclarecer que a maior parte dos casos que testaram positivo resultam de um fenómeno que nós chamamos de vigilância activa, onde vamos as unidades sanitárias procurar doentes com sintomatologia e eventualmente testamos. Ao longo deste período temos vindo a fazer essa testagem e hoje temos resultados diferentes desse processo”, declarou Armindo Tiago que esclareceu que nenhum

dos novos infectados faz parte dos centenas de moçambicanos ilegais que estão a regressar da África do Sul ou dos cidadãos que foram repatriados de Portugal ou têm chegado nos voos ainda regulares da Ethiopian Airlines.

“É ou não transmissão comunitária o que nós temos, a resposta é ainda não sabemos, dependerá da investigação”, reconheceu o titular da Saúde que detalhou a localização dos novos casos: “na Cidade de Pemba nós temos seis ca-

sos, sendo três moçambicanos, destes dois são do sexo masculino de 29 e 60 anos de idade, respectivamente, e um indivíduo do sexo feminino, de 25 anos de idade. Referir ainda que temos dois indivíduos de nacionalidade chinesa, do sexo masculino de 45 e 57 anos de idade e um indivíduo de nacionalidade brasileira, do sexo masculino de 48 anos de idade”.

“Na Cidade da Beira nós temos quatro moçambicanos, destes, infelizmente, uma criança de 7 meses, do sexo masculino, e uma outra criança de 10 anos, também do sexo masculino, um indivíduo de 52 anos do sexo feminino e um outro indivíduo de 24 anos, igualmente do sexo feminino”, arrolou o ministro Tiago acrescentando que “na Cidade de Inhambane nós temos um indivíduo de nacionalidade continua Pag. 06 →



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com @verdademz



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com



→ continuação Pag. 05 - Governo irá subsidiar preço do algodão para assegurar que "1 milhão de moçambicanos vão pôr alimentos na mesa"

O ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural reuniu nesta segunda-feira com os representantes dos camponeses e das empresas fomentadores do sétimo produto mais exportado pelo nosso país. "O algodão é uma cultura de rendimento que muitos não compreendem a sua importância não só social mas também económica para Moçambique. Está claro que continua a ser uma das referências de exportação, (...) representa também postos de trabalho mas acima de tudo representa cerca de 200 mil famílias que trabalham na cadeia de valor".

"A nossa história é repleta de altos e baixos neste sector, mas importa referir que estas famílias mantêm-se firmes pois sua fonte de rendimento, a sua fonte de vida vem desta actividade. Por isso esta reunião é muito mais do que discutir o preço do algodão, é discutir a vida de 1 milhão de moçambicanos, é discutir como 1 milhão de moçambicanos vão pôr alimentos na mesa, é discutir como 1 milhão de moçambicanos vão pagar as suas necessidades básicas, como 1 milhão de moçambicanos vão suprir aquilo que são os seus desafios e acima de tudo projectar os seus sonhos", declarou o ministro Correia.

Celso Correia compartilhou que "o governo ao longo destes 3 meses estudou a cadeia do algodão, na sua essência, e chegamos a conclusão que o rendimento singular de quem está na cadeia do algodão ainda não é satisfatório, por outras palavras ninguém vive só do algodão no meio rural. É uma das fontes de rendimento mas não suficiente para

garantir que estas famílias, que em média tem cinco membros e trabalham em áreas de 1 hectare e meio, possam sair da pobreza. O rendimento tem estado em cerca de 12 mil a 15 mil meticais somente o algodão, por isso elas dependem de outras culturas para poderem suprir as suas necessidades mais básicas".

Tendo como referência os mercados internacionais o preço mínimo do algodão caroço que vai ser produzido na Campanha 2019/2020 - onde a expectativa é produzir pouco mais de 41 mil toneladas de algodão caroço, menos 7,4 por cento do que na Campanha 2018/2019 -, deveria ser fixado em 18 a 19 meticais por quilograma (mt/quilo), aplicando-se a fórmula acordada pelos intervenientes nacionais em 2017.

Para manter o preço do algodão em 23 meticais/quilo ou aumentar para 25 meticais/quilo AMM pede 3 a 4 milhões de dólares

Falando em nome dos 154.943 camponeses envolvidos na campanha o presidente do Fórum Nacional dos Produtores de Algodão (FONPA), Benison Simoco, pediu "que o preço permanecesse o do ano passado, de 23,30 mt/quilo para a primeira qualidade, de segunda ficasse nos 17 mt/quilo e a taxa de descaroçamento também se mantivesse nos 7 meticais".

João Ferreira dos Santos, presidente da Associação Algodoeira de Moçambique (AAM), recordou que "vínhamos há alguns com um preço relativamente alto e estável, em torno dos 23



meticais/quilo, e sabíamos que em algum momento iria cair, commodities é assim. Há muitos anos que falamos na necessidade de termos um mecanismo de gestão de crise que possamos aplicar nestes momentos em que o preço exactamente para mantermos a estabilização dos níveis de produção e podermos intervir em anos como estes como o que estamos a viver".

"A nossa posição como Associação, em termos da negociação do preço é a seguinte, a fórmula está na lei, lembrar que este será um preço mínimo e as empresas podem pagar acima, o principal risco que as empresas assumem neste momento é se os mercados continuarem a cair após a fixação do preço porque pode tornar-se demasiado injusto como por acaso no ano passado aconteceu. Mas neste momento, sendo um ano de crise, e principalmente com a pandemia, pensamos que temos de ser solidários, diz também a boa regra que nestes anos de queda

devemos estar no intervalo máximo da fórmula, e a Associação Algodoeira não teria moral vir negociar ou regatear preços de fórmula, a nossa posição institucional é aceitarmos de imediato o intervalo máximo da fórmula que hoje apontaria para 19 meticais/quilo", explicou.

No entanto o representante dos compradores declarou "que este preço será altamente desmobilizador para campo, que trará necessariamente uma redução do número de produtores e dos volumes de produção na próxima campanha, e isto gostaríamos de evitar a todo o custo".

"Para nós mantermos o preço de 23 meticais/quilo, ou porque não até mesmo 25 meticais/quilo, precisaríamos entre 3 a 4 milhões de dólares. Se conseguirmos isto, ninguém conseguirá dizer ao certo, mas conseguiríamos aumentar a produção em torna de 20 por cento, se não aplicarmos estes preços e pagarmos 19 meticais/quilo poderemos assumir

uma perda muito superior a 20 por cento ou superior", propôs o presidente da Associação Algodoeira de Moçambique.

Produção integrada de algodão e outras culturas de rendimento para tirar 200 mil camponeses da pobreza

O ministro Celso Correia vai apresentar estes pressupostos ao Conselho de Ministros, esta terça-feira (12), no entanto o @Verdade sabe que o Executivo vai subsidiar o preço do algodão caroço sendo que a única dúvida é se para manter nos 23 meticais/quilo ou aumentar para 25 meticais/quilo.

"200 mil produtores já deviam estar a fazer uma revolução agrícola se estiverem bem organizados. Dos cálculos que eu fiz até é saudável fazer consorciação e rotação de culturas, o sector não deveria reportar apenas as toneladas de algodão produzido mas pelo menos três culturas. Por exemplo se este grupo de produtores decidir pode aumentar em 2 anos a produção da soja, sem pôr em causa a produção do algodão, em mais de 300 por cento", desafiou Correia cujo objectivo é a produção integrada.

É que subsidiando o seu sub-sector mais organizado e fomentando em simultâneo a produção de duas ou três outras culturas de rendimento o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural não só garante que "1 milhão de moçambicanos vão pôr alimentos na mesa" como ainda poderá triplicar os rendimentos directos de 200 mil famílias que poderão sair da pobreza.

→ continuação Pag. 05 - Covid-19 ultrapassa "chapa 100" em Moçambique com novos focos em Inhambane e na Beira; "Ainda não sabemos" se é transmissão comunitária

moçambicana, do sexo masculino de 29 anos de idade. Na Matola temos um individuo de nacionalidade moçambicana, de 47 anos de idade, também do sexo masculino".

12 novos infectados podem ser 12 novas cadeia de transmissão

Embora os novos casos tenham sido contabilizados como de transmissão local o ministro da Saúde explicou: "Nós temos novos focos de transmissão, o nosso papel é não concluir se trata-se de transmissão local ou não antes de fazer a investigação adequada, essa é a razão pela qual estamos a dizer que existem membros seniores do Ministério para irem ao local para providenciarem informação relevante e baseada em evidência para trazer aos moçambicanos, quando se concluírem estes estudos nós vamos dar qual é a fonte de transmissão nestes novos locais. Até este momento, e até que se conclua o estudo não podemos dizer que existe al-

guma relação com Afungi".

Questionado se os casos diagnosticados na Cidade da Beira poderiam estar relacionados com o camionista malawiano diagnosticado na semana passada Armindo Tiago revelou que "o estudo do perfil do cidadão malawiano ainda está em curso, o que posso dizer neste momento é que, de acordo com os dados preliminares do relatório epidemiológico, ele terá entrado em Moçambique no dia 20 de Abril, existe uma informação ausente da situação dele no dia 21, e depois chego a Beira no dia 22, de acordo com informação providenciada pelo corpo médico do Malawi, ele já estava com sintomas e terá saído de Moçambique no dia 24. De acordo com o padrão epidemiológico e sobretudo com a fisiopatologia e tendo em conta o período de incubação da doença, podemos concluir que este individuo teria sido infectado no Malawi antes de vir para Moçambique, porque o período de incubação mínimo é de 2 dias e



o máximo de 14 dias".

O governante clarificou também que nem todos os moçambicanos que estavam ilegalmente na África do Sul foram ainda testados. "Em relação aos cidadãos repatriados,

nós como saúde testamos à entrada de 388 individuos e, infelizmente, os números foram diferentes daqueles que tinham sido inicialmente providenciados e os nossos materiais de recolha de testes acabaram, já era tarde, o que nós

decidimos foi dar prioridade a todos aqueles nossos compatriotas que eram de províncias distantes. Os da Província de Maputo e da Cidade de Maputo nós estamos neste momento em processo de testagem para obtenção das amostras".

Governo renova isenção do IVA para baixar os preços do açúcar, óleo e sabão

Enfim o Governo de Filipe Nyusi cedeu à pressão e renovou a isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) para o açúcar nacional, óleo e sabão até 31 de Dezembro de 2020 para tentar conter o aumento dos preços destes produtos essenciais para os moçambicanos durante a pandemia da covid-19.

Texto: Redacção

Reunido na 16ª sessão ordinária do Conselho de Ministros o Executivo de Filipe Nyusi cedeu a pressão do sector privado, que aproveitou a pandemia do novo coronavírus para reflectir no bolso dos moçambicanos o fim da isenção que gozavam durante os últimos anos.

"A lei altera especificamente o número 13 do artigo 9 do Código do IVA, com o objectivo de isentar as transmissões do açúcar, óleo alimentar, sabões, produtos que são considerados essenciais", anunciou a vice-ministra da Indústria e Comércio, Ludovina Bernardo.

O dispositivo legal, que ainda precisa de ser chancelado pela Assembleia da República, renova a isenção do IVA até 31 de Dezembro de 2020 também para as matérias primas, produtos intermediários, peças, equipamentos e componentes utilizados pelas indústrias dos referidos produtos, com vista minimizar o custo destes produtos.

O açúcar castanho foi o produto cujo preço mais disparou, custava 60 meticais o quilo e tem sido vendido acima dos 100 meticais nos poucos estabelecimentos comerciais onde ainda é possível encontra-lo. Aliás grandes centros comerciais na capital do país impuseram mesmo um limite de quilos que podem ser adquiridos por cada cidadão.

Cobertura em tempo real sobre pandemia #covid19 #Moçambique @DemocraciaMZ

[twitter.com @DemocraciaMZ](https://twitter.com/DemocraciaMZ)

Novo foco da covid-19 em Moçambique na Província de Gaza; Em Sofala um dos doentes está no Município do Dondo



Pelo 2º dia consecutivo um novo foco da covid-19 surgiu em Moçambique, desta vez na Província de Gaza para onde viajou um dos moçambicanos repatriados da África do Sul num autocarro com outros passageiros, todos desconhecendo o seu estado serológico. As autoridades de Saúde revelaram ainda que os quatro novos doentes na Cidade da Beira foram diagnosticados nos centros de Saúde da Munhava e da Ponta Gêa e um dos menores está no Distrito do Dondo.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 08 →

CC confirma que Constituição foi desrespeitada pelo Governo de Guebuza na contratação das dívidas da Proindicus e MAM

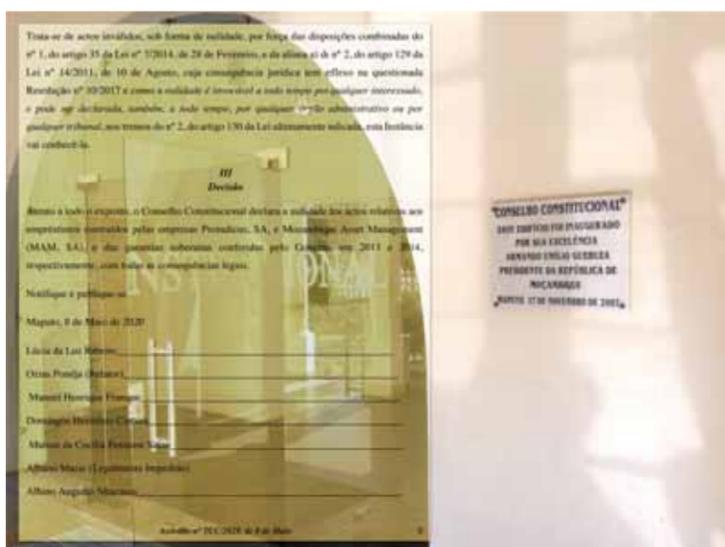
Quase 4 anos após a descoberta das dívidas ilegais o Conselho Constitucional (CC) confirmou o que os moçambicanos sabiam a Constituição da República e a lei Orçamental foram completamente desrespeitadas pelo Governo de Armando Guebuza na contratação da dívida da Proindicus e da MAM.

Texto: Redacção

Evocando a decisão tomada em Junho de 2019, ainda sob a presidência de Hermenegildo Gamito, "o Conselho Constitucional declara a nulidade dos actos relativos aos empréstimos contraídos pelas empresas Proindicus, SA, e Mozambique Asset Management (MAM, SA), e das garantias soberanas conferidas pelo Governo, em 2013 e 2014, respectivamente, com todas as consequências legais".

A Proindicus endividou junto do banco Credit Suisse em 622 milhões de dólares norte-americanos e a MAM em 535 milhões de dólares no banco russo Vnesh Torg Bank.

Esta decisão dos juizes Lúcia da Luz Ribeiro, Ozias Pondja, Manuel Henrique Franque, Domingos Herminio Cintura, Mateus da Cecília Feniassse



Saize e Albino Augusto Nhacassa segue-se a um pedido de Organizações da Sociedade Civil moçambicana de fiscalização continua Pag. 08 →



Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

[twitter.com @verdademz](https://twitter.com/verdademz)



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 07 - Novo foco da covid-19 em Moçambique na Província de Gaza; Em Sofala um dos doentes está no Município do Dondo

O Instituto Nacional de Saúde testou entre segunda (11) e terça-feira (12) mais 192 casos suspeitos de covid-19, 23 provenientes da Província de Cabo Delgado, os últimos trabalhadores da Total nos acampamentos em Afungi (todos com resultados negativos), duas amostras da Província de Gaza, 119 da Província de Maputo, na sua maioria os moçambicanos repatriados da República da África do Sul, e ainda 48 amostras da Cidade de Maputo.



A Directora Nacional de Saúde Pública anunciou que um dos testes teve resultado positivo, "trata-se de um indivíduo de nacionalidade moçambicana, do sexo masculino, de 26 anos de idade. O mesmo faz parte de um grupo de moçambicanos repatriados da República da África do Sul e a sua amostra foi colhida no Centro Transitório de Manguaza, no Distrito da Moamba, na Província de Maputo".

De acordo com a Dra. Rosa Marlene o 104º infectado pelo novo coronavírus em Moçambique "não apresenta sintomatologia e, por isso, encontra-se em isolamento domiciliar. Neste momento decorre o processo de mapeamento dos contactos deste caso".

Questionado pelo @Verdade o Director Nacional para a Área de Inquérito e Monitoria de Saúde revelou que embora o teste ao 104º tenha sido realizado na Província de Maputo o indivíduo viajou num autocarro para a Província de Gaza. "Sim foi facto que este indivíduo recebeu o resultado já estando na Província de Gaza, entretanto todo o itinerário e percurso é conhecido e garante que as duas autoridades de Saúde locais, Gaza e Província de Maputo, estejam em interacção para garantir que não há uma transmissão neste processo de envio dos compatriotas para outros destinos".

Recordando que o pessoal da Saúde que se deslocou ao Centro Transitório de Manguaza levou

testes para um determinado número de indivíduos mas foi confrontado com repatriados em número maior o Dr. Sérgio Chicumbe explicou que "houve uma segregação epidemiológica mas também levando em conta factores de logística, foram priorizadas pessoas que tinham que ir para outras províncias. Entretanto o processamento das amostras leva até 48 horas e essas pessoas, com apoio das outras instituições envolvidas na gestão da migração de calamidades, são transportadas e localizadas nas outras províncias em condições definidas pelas autoridades de saúde".

Novas cadeias de transmissão revelam que o vírus alastrou-se para cidadãos de classes sociais menos abastadas

A autoridade de Saúde clarificou que o cidadão infectado, ainda sem saber do resultado, viajou para a Província de Gaza "em transporte organizados de forma multisectorial, não é uma ambulância mas é um carro organizado pelo Estado moçambicano e com participação da autoridade local de Saúde".

O Dr. Chicumbe acrescentou que nesta terça-feira (12) a co-



lecta de amostras dos regressados da África do Sul ficou concluída, "neste momento em que estamos aqui há painéis de testagem que estão a correr no Instituto Nacional de Saúde e nós só trazemos as testagens concluídas, amanhã traremos a informação conclusiva".

Entretanto as autoridades de Saúde revelaram que os quatro doentes diagnosticados na Cidade da Beira, na segunda-feira (11), foram identificados na "vigilância activa foi feita no Centro de Saúde da Munhava e no Centro de Saúde da Ponta Gêa". Todavia o menor de 10

anos de idade é residente no Município do Dondo.

As novas cadeias de transmissão dos últimos 2 dias revelam que o vírus anteriormente diagnosticados em cidadãos de classe média e alta alastrou-se para cidadãos de classes sociais menos abastadas e com maiores dificuldades de isolamento domiciliário, tornando fundamental o cumprimento do distanciamento social assim como as restantes medidas impostas pelo Governo no âmbito do Estado de Emergência para minimizar a propagação do novo coronavírus em Moçambique.

→ continuação Pag. 07 - CC confirma que Constituição foi desrespeitada pelo Governo de Guebuza na contratação das dívidas da Proindicus e MAM

sucessiva abstracta da constitucionalidade e da legalidade dos empréstimos contraídos durante o 2º mandato de Armando Guebuza e que precipitaram, em 2016, uma grave crise económica e financeira em Moçambique.

apresentar mais um Informe à Assembleia da República e onde continuará a constar que até hoje nenhum dos membros do Governo de Armando Guebuza foi responsabilizado por estes empréstimos inconstitucionais e ilegais.

A decisão do CC acontece pouco dias antes da Procuradora-Geral da República

Embora a decisão do Constitucional não garanta que os moçambicanos não vão

pagar ainda mais por estas dívidas ilegais a declaração de nulidade vai reforçar o expediente que o Executivo de Filipe Nyusi está a usar para retirar as duas Garantias Soberanas do stock da Dívida Pública Externa tornando-a menos insustentável e mantendo Moçambique com capacidade para usufruir dos apoios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Restringidos voos internacionais durante Estado de Emergência em Moçambique

Após a irresponsável recepção de voos regulares da Ethiopian Airlines o Instituto da Aviação Civil de Moçambique (IACM) decidiu restringir, nesta segunda-feira (11), os voos internacionais até 30 de Maio, data do término do 2º mês do Estado de Emergência para prevenção da propagação do novo coronavírus. No entanto podem ainda aterrar nos aeroportos moçambicanos voos especiais e aeronaves em situação de emergência.

Texto: Redacção

"Fica limitada a entrada e saída de pessoas no território moçambicano, através do encerramento parcial das suas fronteiras e são restringidas as autorizações de voos internacionais", determinou o IACM através da Circular 8/2020 de 11 de Maio onde exceptua a esta limitação a aeronaves em emergência.

O @Verdade apurou que esta limitação, que decorre da implementação das declarações Presidenciais de Estado de Emergência, permite ainda a aterragem em Moçambique de voos de transporte de carga, voos de interesse de Estado, aterragens técnicas, missões humanitárias, evacuações médicas, voos de repatriamento e voos das Nações Unidas mediante "pré-autorização da Aviação Civil e Autoridades Diplomáticas".

Esta decisão surge após terem aterrado no Aeroporto Internacional de Mavalene voos regulares da Ethiopian Airlines cujos passageiros não foram submetidos a nenhum controle sanitário determinado pelo Decreto Presidencial de Declaração do Estado de Emergência em Moçambique. Ironicamente o Decreto do Presidente Filipe Nyusi não determinou o encerramento dos aeroportos e portos internacionais nem as fronteiras terrestres de Moçambique.



Governo subsidia aumento do preço do algodão caroço em Moçambique

O Conselho de Ministros confirmou nesta terça-feira (12) a notícia avançada pelo @Verdade que o preço mínimo do algodão caroço seria subsidiado na Campanha 2019/2020 para manter os rendimentos de quase 200 mil camponeses nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. "O preço mínimo do algodão caroço de 1ª qualidade é de 25 meticais por quilograma, acima do preço da campanha passada", anunciou o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Texto: Redacção

"O preço mínimo do algodão caroço de 1ª qualidade é de 25 meticais por quilograma, acima do preço da campanha passada, algodão caroço de 2ª qualidade 18 meticais por quilograma e descaroçamento do algodão caroço de 1ª qualidade a 7 meticais por quilograma" disse o ministro Celso Correia após a 16ª sessão ordinária do Conselho de Ministros acrescentando que "a abordagem do Governo enquadra-se na nova política de protecção e estímulo do agricultor familiar e acima de tudo no estímulo de cadeias de valor estratégico".

A decisão segue-se a negociação encetada na véspera onde o Fórum Nacional dos Produtores de Algodão pediu a manutenção dos 23,30 meticais por quilograma pagos na Campanha 2018/2019 enquanto a Associação Algodoeira de Moçambique admitia pagar 23,30 meticais por quilograma.

O @Verdade revelou que o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural pretende com este subsídio, orçado em 4 milhões de dólares norte-americanos, não só proteger os rendimentos de 200 mil camponeses mas também usar o seu sub-sector mais organizado para produzir além do algodão, a soja, o girassol e o milho e dessa forma também tirar da pobreza estes produtores que representam são responsáveis por menos 1 milhão de moçambicanos.

Detida mãe de bebé falecido numa via pública na Província da Zambézia

Está detida na 3ª esquadra da Polícia da República de Moçambique (PRM) na Cidade de Quelimane uma jovem que confessou ter abandonado o filho na berma de uma carreira, onde acabou por falecer, por vingança do companheiro e pai que a abandonou.

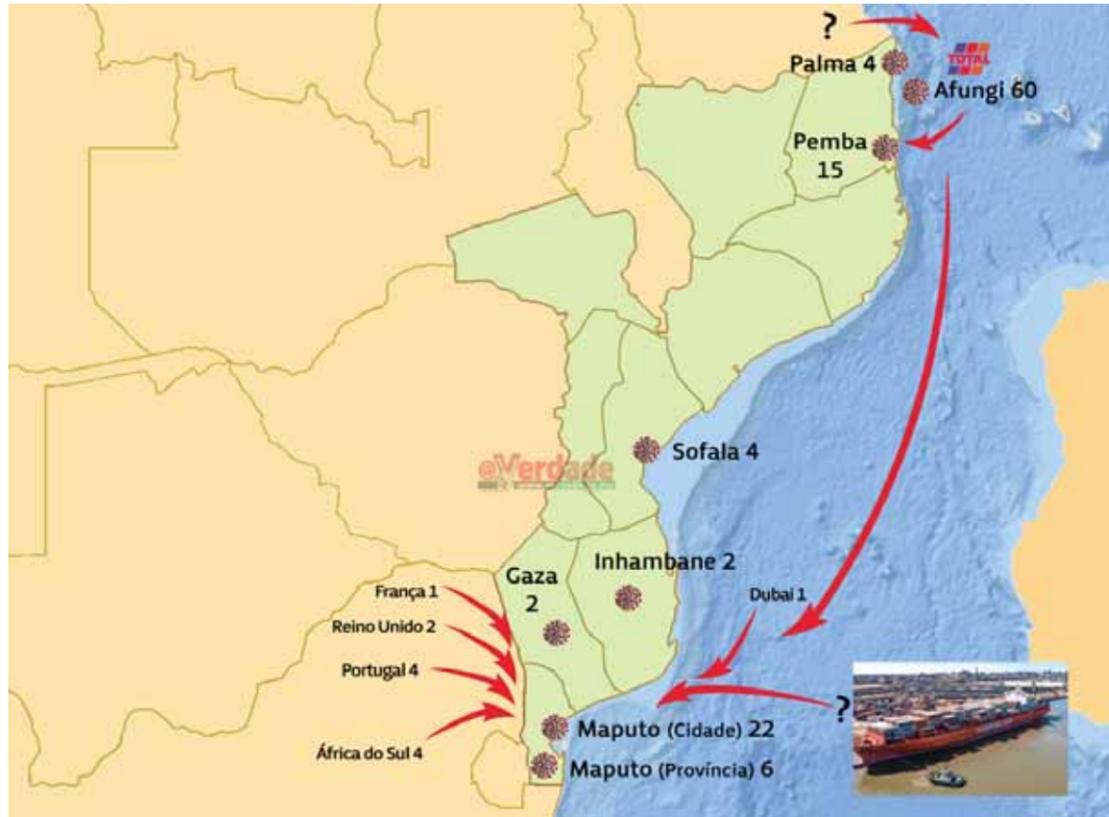
Texto: Redacção

O bairro de Coalane acordou sobressaltado no passado dia 8 de Maio com a descoberta de um bebé, de 1 ano de idade, sem vida na berma de um carreiro.

Nesta quarta-feira (13) a PRM apresentou a jornalistas um cidadão de 25 anos de idade que confessou ter abandonado o seu filho nas redondezas da residência dos avós paternos como vingança do antigo companheiro e pai do bebé que não presta nenhuma assistência financeira.

“Porque eu já estava cansada de cuidar da criança, desde que nasceu eu é que cuidava da criança sozinha, o pai não se fazia presente, mas estou arrependida”, confessou a jovem professora.

Novo foco da covid-19 no Distrito de Palma, mais duas crianças infectadas em Moçambique; MISAU admite que transmissão comunitária “já esteja a ocorrer”



Um novo foco do novo coronavírus surgiu em Moçambique com o diagnóstico positivo de quatro moçambicanos no Distrito de Palma. Ainda nesta quinta-feira (14) testaram positivos mais quatro indivíduos, entre eles duas crianças. Com 115 casos positivos o Ministério da Saúde continua sem saber como foram infectados 12 indivíduos diagnosticados desde a semana passada, admitindo que a transmissão comunitária da covid-19 “já esteja a ocorrer” no nosso país.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

Deputados da Frelimo aprovam Conta Geral do Estado de 2018 avaliada negativamente pelo Tribunal Administrativo

Os deputados do partido Frelimo na Assembleia da República aprovaram mais uma Conta Geral do Estado do Governo de Filipe Nyusi avaliada negativamente pelo Tribunal Administrativo (TA), no ano de 2018 pelas “deficiências nos sistemas de controlo interno, no que diz respeito aos procedimentos de gestão do orçamento e respectivas alterações, da arrecadação da receita e da execução da despesa, bem como da organização e arquivo dos documentos comprovativos das transacções efectuadas”.

Texto: Redacção • Foto: GPM

Retomando as sessões plenárias, interrompidas devido ao Estado de Emergência, 144 deputados do partido Frelimo cancelaram mais uma Conta Geral do Estado inquinada por violações à lei do SISTAFE, pela execução de despesas não elegíveis, pela falta de comprovativos de recepção de bens adquiridos, inexistência de relatórios/pareceres de fiscais independentes e até pela celebração de contratos sem obediência às normas e procedimentos legalmente instituídos no Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, de acordo com o Parecer do TA às Contas do Governo de Nyusi de 2018.

Nas milhares de irregularidades anotadas pelo Tribunal Administrativo destaque para “A semelhança dos anos anteriores, não consta, na CGE de 2018, a informação relativa aos créditos mal parados do Banco Aus-

tral; Continua o incumprimento generalizado no pagamento de prestações pela alienação do património

do Estado, conforme apontado na auditoria realizada à Direcção Nacional do Património do Estado; Na

CGE de 2018, não consta qualquer informação sobre o saneamento financeiro efectuado pela DNPE”.



Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com
@verdademz



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 09 - Novo foco da covid-19 no Distrito de Palma, mais duas crianças infectadas em Moçambique; MISAU admite que transmissão comunitária "já esteja a ocorrer"

"Até hoje, 14 de Maio de 2020, em Moçambique foram testados 5.119 casos suspeitos, dos quais 373 nas últimas 24 horas. Dos novos casos suspeitos testados, no laboratório do Instituto Nacional de Saúde, 365 revelaram-se negativos e oito, revelaram-se positivos, para covid-19", anunciou a Directora Nacional de Saúde Pública que indicou que as amostras testadas são provenientes da vigilância activa em unidades sanitárias assim como de investigações epidemiológicas em curso: 22 da Província de Cabo Delgado, uma da Província de Nampula, onze da Província de Tete, três da Província de Manica, 14 da Província de Inhambane, duas da Província de Gaza, 146 da Província de Maputo e 174 da Cidade de Maputo.

Falando em conferência de imprensa a Dra. Rosa Marlene descreveu que os oito novos infectados são moçambicanos, quatro deles com sintomatologia leve a moderada e quatro sem sintomatologia.

Dois dos infectados estão em isolamento domiciliário no Distrito Kamaxakeni, na Cidade de Maputo, um do sexo masculino com 18 meses de idade e outro do sexo masculino de 32 anos de idade, e são duas novas cadeias de transmissão cuja fonte do novo coronavírus não foi identificada.

O Director Nacional para a Área de Inquérito e Monitoria de Saúde clarificou que



"a criança de 18 meses não é filha de nenhum caso, foi detectada no contexto da vigilância activa no Hospital Central de Maputo, neste momento o contexto domiciliário já está todo investigado (...) a linha de interações sociais que podem ter levado à infecção desta criança não é ainda muito claro. É claro que a avó desta criança terá tido alguns sintomas de resfriado ou de gripe".

Um novo caso positivo foi diagnosticado na Província de Inhambane, trata-se de uma menina de 5 anos de idade, residente na Cidade de Inhambane que é contacto do caso positivo reportado naquela província no dia 11

de Maio passado.

Identificado o 75º trabalhador da petrolífera Total em Moçambique com covid-19

As autoridades da Saúde revelaram o surgimento de um novo foco da pandemia, na sede do Distrito de Palma, na Província de Cabo Delgado com o diagnóstico de quatro indivíduos, três são do sexo masculino, todos com 29 anos de idade, e um indivíduo do sexo feminino, de 28 anos de idade.

O Dr. Sérgio Chicumbe explicou que não foi possível "estabelecer a relação directa com o acampamento de

Afungi, seria uma especulação", no entanto admitiu que "não se sabe em concreto qual terá sido o mecanismo de transmissão, entretanto nós temos claro que os mecanismos possíveis são uma transmissão comunitária que é uma hipótese considerada pelo Ministério da Saúde que já esteja a ocorrer, e a outra hipótese é exposição a caso positivo importado".

A possibilidade que a transmissão comunitária esteja a acontecer em Moçambique parece ser corroborada com o surgimento de 12 novos casos cujas fonte de infecção as autoridades de saúde desconhecem a origem, estando no entanto claro não terem histórico de viagens para o exterior nem contactos com os trabalhadores da petrolífera que lidera o projecto

Mozambique LNG.

O Cenário de Transmissão Comunitária é a fase mais grave da pandemia sendo caracterizado pela incapacidade de relacionar os casos confirmados através de cadeias de transmissão para um grande número de casos, ou aumentam de testes positivos através de amostras colhidas nos postos sentinelas.

Entretanto nos acampamentos da Total, na Península de Afungi, no Distrito de Palma, foi identificado o 75º trabalhador da petrolífera francesa em Moçambique com covid-19. Trata-se de indivíduo do sexo feminino, de 30 anos de idade que, de acordo com o Dr. Chicumbe tem "carga viral baixa", indiciando ser uma infecção existente há várias semanas e em fase conclusiva.



Governo anuncia "acções vitoriosas" que culminaram com morte de 50 "terroristas" na Província de Cabo Delgado

O ministro do Interior anunciou esta quinta-feira (14) que o grupo terrorista Al Shabab atacou pelo menos onze aldeias no Norte da Província de Cabo Delgado, onde raptou 16 cidadãos, mas Forças de Defesa e Segurança, em "acções ofensivas e defensivas", abateram 50 "terroristas".

Texto: Redacção

"Na sua senda de terror e intimidação às populações indefesas e de destruição das infra-estruturas no Norte de Cabo de Delgado os terroristas que actuam a mando de interesses externos e obscuros, acoados pelas acções vitoriosas das Forças de Defesa e Segurança lançaram na semana passada e princípios desta semana ataques nos seguintes distritos: Nagande, no dia 3 do corrente os terroristas atacaram a aldeia de Litinguina, no dia 11 os terroristas atacaram em simultâneo as aldeias de Litinguina e Ngologolo; em Quissanga, no dia 4 os terroristas atacaram as aldeias Cajembe em Mahate, no dia 9 os terroristas atacaram as aldeias de Tapara, localidade de Tororo em Bilibiza; Mocimboa da Praia, no dia 4 os terroristas realizaram disparos na aldeia Ulu onde raptaram cin-

co cidadãos e no dia 13 atacaram a aldeia Ntoto; em Meculo, no dia 6 os terroristas realizaram uma emboscada a uma viatura civil na zona de Ngororo; em Muidumbe, no dia 11 os terroristas atacaram o posto administrativo de Miangalela e no mesmo dia atacaram a aldeia Awasse; em Macomia, no dia 12 os terroristas atacaram a aldeia Nkopo; em Mueda, no dia 13 os terroristas atacaram a aldeia Diaca", disse a jornalistas o ministro Amade Miquidade.

Falando numa declaração exclusiva para órgãos de comunicação estatais o ministro do Interior de Moçambique indicou que neesses actos de terrorismo ficaram destruídas onze aldeias, 16 cidadãos foram raptados e 14 são dados como desaparecidos, para além de

danos em outras infra-estruturas públicas e privadas.

"No mesmo período as nossas Forças de Defesa e Segurança realizaram várias acções ofensivas e defensivas tendo logrado os seguintes resultados: no dia 13 os terroristas foram surpreendidos pelas nossas forças na via que liga Chinda a Mbau, fazendo-se transportar em três viaturas e em igual número de motorizadas e um camião cisterna roubados, no confronto foram abatidos 42 terroristas, destruídos todos os meios circulantes nos quais se faziam transportar; na madrugada de hoje, 14 de Maio, foi rechaçada uma tentativa de assalto ao Distrito de Quissanga acção que resultou no abate de oito terroristas e ferimento de outros", declarou o governante.

15 óbitos na 1ª semana do 2º mês do Estado de Emergência em Moçambique

Em mais uma evidência que os moçambicanos não estão a cumprir com as limitações de circulação impostas pela Declaração Presidencial do Estado de Emergência os acidentes de viação voltaram a aumentar em Moçambique originando a morte de 15 pessoas.

Texto: Redacção

Foram 16 os sinistros rodoviários registados pela Polícia da República de Moçambique (PRM), entre os dias 2 e 8 de Maio, e foram causados pela velocidade excessiva, má travessia do peão e condução sob efeito de álcool.

De acordo com a PRM pelo menos 15 pessoas morreram, cinco contraíram ferimentos ligeiros e três tiveram ferimentos graves.

Duas das vítimas mortais viajavam numa motorizada que cortou a prioridade de um camião no Distrito de Eráti na Província de Nampula, no passado dia 6.

Outro óbito foi registado durante o fim-de-semana no Distrito da Manhiça, na Província de Maputo, e era o condutor de uma carrinha que se despistou a alta velocidade na Estrada Nacional nº 6 e embateu num camião avariado.

Um outro cidadão encontrou a morte quando a viatura ligeira que conduzia a alta velocidade despistou-se no Município da Matola, na Província de Maputo, e foi embater num muro de uma residência.

Pico da covid-19 “nós queremos é que não seja dentro desse período que está a ser dito pela OMS”

O ministro da Saúde afirmou que embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) preveja que o pico da pandemia da covid-19 no continente africano possa acontecer nas próximas quatro a seis semanas, Moçambique mantém a estratégia de atrasá-la até Janeiro ou Fevereiro de 2021. “O pico que nós queremos é que não seja dentro desse período que está a ser dito pela OMS”.

Texto: Adérito Caldeira

A directora regional da OMS para África, Matshidiso Moeti, afirmou na quinta-feira (07) que o pico da covid-19 no continente africano deverá acontecer dentro de quatro a seis semanas, mostrando-se esperançosa na recuperação da região após a pandemia.

“Olhando para a evolução da pandemia de covid-19 e especialmente agora que estamos a olhar para a propagação comunitária em alguns países, estimamos que a doença atingirá o seu pico dentro de quatro a seis semanas, se nada for feito”, disse Matshidiso Moeti durante uma

conferência de imprensa online sobre a evolução da covid-19 no nosso continente.

O @Verdade questionou ao ministro da Saúde se esta previsão aplica-se a Moçambique. “Pico é uma questão de estimativas, pico de qualquer doença é uma estimativa que usa modelos matemáticos, o pico que nós queremos é que não seja dentro desse período que está a ser dito pela OMS, portanto todas as medidas que devemos fazer devem estar orientadas que o pico seja precoce, queremos retardá-lo para garantir a protecção do Sistema de Saúde”,

declarou o ministro Armindo Tiago em conferência de imprensa em Maputo, no sábado (09).

O nosso país, ao contrário de outros em África e pelo mundo, antecipou-se na implementação de medidas de prevenção mais rígidas, como foi a imposição do Estado de Emergência a 1 de Abril, com o objectivo de quebrar a transmissão do novo coronavírus tornando o progresso da pandemia lento e com isso evitar a explosão de casos que poderia colapsar o precário sistema de saúde nacional e ainda ganhar tempo para que apareça uma vacina.



Celso Correia congratula projecto modelo para modernização da agricultura focado na juventude

O Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, mostrou-se satisfeito com um modelo de projecto para a modernização da agricultura, que consiste na produção de hortícolas em ambiente protegido (hidroponia, estufas e sombrites) envolvendo jovens da comunidade e que a Gapi está a desenvolver nas Mahotas.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O projecto das Mahotas, enquadra-se no programa Juve-Inova, o qual assenta na experiência desenvolvida pela Gapi na implementação do Agro-Jovem, que foi lançado pelo Chefe de Estado em 2015 e que contou com a presença de Celso Correia como Ministro da Terra e Ambiente e Desenvolvimento Rural. O Juve-Inova está a ser implementado há cerca de um ano e já abrangeu cerca de 40 grupos de jovens, de idades compreendidas entre os 18 e 35 anos, 30 % dos quais são raparigas.



Na sua interacção com os produtores, Correia, que se fazia acompanhar pela Secretária de Estado da Cidade de Maputo, Sheila Afonso, ouviu as principais preocupações destes, que consistem basicamente na qualidade e custo da semente e na necessidade de instalações de pequenas unidades de agro-processamento.

Em resposta, Correia instou os jovens a aumentarem a sua capacidade de produção e desafiou-os a submeterem um projecto para o efeito ao seu Gabinete: “Estou satisfeito com o que vejo, mas é preciso que mais jovens se associem a este tipo de produção que apresenta melhores resultados em relação aos que eu vi na produção em céu aberto, em Chóckwè”.

Prosseguindo, aquele dirigente prometeu dar especial atenção à produção em estufas, apostar em culturas como o tomate de crescimento indeterminado, pelo seu potencial produtivo e na produção de frangos, tudo no intuito de dar emprego aos jovens.

Em reacção a esta visita, Adolfo Muholove, Presidente da Comissão Executiva da Gapi, explicou que “o programa Juve-Inova (Juventude Inovadora) é a resposta da Gapi para os grandes desafios que a juventude vem enfrentando, caracterizados pela falta de emprego e fracas oportunidades de apoio aos seus projectos de empreendedorismo. Este programa é também a reafirmação da importância que esta faixa etária tem dentro da estratégia desta Instituição Financeira de Desenvolvimento. Este programa vai unir e solidificar os vários programas e projectos que a Gapi cria, direccionados à juventude e aos projectos inovadores.”

A Gapi, como Instituição Financeira de Desenvolvimento, criada há três décadas por iniciativa do Banco Popular de Desenvolvimento e da Fundação Friedrich Ebert, acumula uma experiência em todo território nacional na concepção e implementação de programas que visam promover o surgimento de empresários e pequenas empresas

nacionais. Essa intervenção inclui a concepção e implementação de iniciativas que estimulam a capacidade empreendedora e inovadora da Juventude. Destas, destacam-se os projectos “Negócios Verdes”, “Fora da Caixa”, “Via: Rotas para o Trabalho” e o “Agro-Jovem”, os quais envolveram cerca de duas dezenas de parceiros e beneficiaram mais de 5.000 jovens. Várias empresas de jovens promovidas através destes programas receberam distinções nacionais e internacionais.

Nestes programas, a Gapi adopta uma metodologia de intervenção integrada, que combina consultoria e capacitação empresarial, desenvolvimento de instituições e financiamento. Esta forma de actuar, permite uma orientação (mentoring coaching) dos jovens com iniciativas empreendedoras viáveis; acompanhamento e capacitação (training) e suporte técnico e, quando necessário, financiamento. As ligações entre produtores e mercados constitui igualmente uma área de especial atenção nos programas da Gapi.

Divulgação

Longrich Moçambique doa sabão para a higienização das mãos

O Ministério da Indústria e Comércio recebeu, na sexta-feira, 8 de Maio, um donativo constituído por cerca de 750 quilogramas de sabão orgânico para a higienização das mãos, avaliado em cerca de dois milhões de meticais, oferecido pela Longrich Moçambique, no âmbito do combate ao novo Coronavírus, e que será enviado, posteriormente, para o distrito de Mueda, na província de Cabo Delgado.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de um donativo que vai contribuir, sobremaneira, no combate a esta pandemia no País pois a lavagem das mãos é considerada uma das principais medidas de prevenção.

Na ocasião, o ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita, enalteceu o gesto da Longrich Moçambique, principalmente por o donativo chegar numa altura em que o Governo está a mobilizar recursos para combater a pandemia, e, acima de tudo, mitigar o seu impacto no seio das comunidades.

“Como Governo, temos consciência das dificuldades que as empresas e os agentes económicos têm estado a enfrentar por causa desta doença, mas mesmo assim conseguiram tirar um pouco da vossa produção e contribuir para minimizar os efeitos desta pandemia. Por isso, esperamos que mais instituições pensem e contribuam da mesma forma”, disse o ministro.

A escolha de Mueda como beneficiário deste donativo deve-se ao facto de o distrito estar, para além da Covid-19, a lidar com ataques armados protagonizados por terroristas, “que criam pânico, intranquilidade, destroem infraestruturas, matam pessoas, obrigam a deslocamentos da população num



momento em que nos preparávamos para época da colheita agrícola, o que vai, com certeza, ter um impacto negativo na segurança alimentar”.

“O impacto é de tal ordem que nos obriga a tomar decisões com muita urgência para evitar a contaminação e expansão da Covid-19 em Moçambique. Todos os países estão numa situação endémica e temos de mobilizar recursos para manter a vida das populações num estado aceitável”, acrescentou Carlos Mesquita.

Para o representante da Longrich Moçambique, Ricardo Taca, esta ajuda vai ser muito útil para as populações do distrito de Mueda, que é um dos mais necessitados. “Quando a pandemia chegou, sentimos que devíamos estender a nossa mão para ajudar, por isso pretendemos que estes produtos cheguem a quem mais precisa”.

INAM avisa para inverno seco e com défices hídricos em Moçambique

O Instituto Nacional de Meteorologia avisa que o inverno em Moçambique, que iniciou em Abril, vai ser caracterizado por "tempo fresco e seco" e de "significativos défices hídricos em quase todo o país" e por isso as condições "continuarão desfavoráveis para a agricultura e pastagens na maior parte do país".

Texto: Redacção

Após uma época chuvosa "curta", com início tardio e término precoce, "e uma distribuição irregular da precipitação", que culminou com secas na Região Sul e "um fim de época bastante seco" no Norte o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) avisa que a falta de precipitação vai continuar durante o inverno, que começou em Abril.

"As previsões sazonais (de 3 meses) indicam que são mais prováveis as precipitações abaixo da média durante o período de Maio a Julho, em todo o território nacional", pode-se ler no Boletim de Monitoria Climática de Maio onde o INAM recomenda "que se considerem acções mitigadoras dos impactos previsíveis de um inverno potencialmente com

significativos défices hídricos em quase todo o país".

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia a curto prazo a chuva em Moçambique será "igual e acima da média em alguns distritos costeiros da Província de Nampula, grande parte da Zambézia e nordeste de Sofala. No resto do país são previstas condições mais secas que o normal".

O documento do INAM alerta que: "se confirmarem-se estas previsões, continuarão desfavoráveis para a agricultura e pastagens na maior parte do país no seguimento da seca de fim da estação das chuvas. Nas províncias de Sofala, Zambézia e costa de Nampula pode haver algumas melhorias ligeiras".



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Moatize tornou-se Cidade mas Governo cortou fundos

"Havendo necessidade de adequar a categoria da Vila de Moatize ao seu actual estágio de desenvolvimento económico" o Governo de Filipe Nyusi elevou-a à categoria de Cidade, paradoxalmente o mesmo Executivo retirou 4,6 milhões de fundos da mais nova urbe da Província de Tete.

Texto: Redacção

No passado dia 25 de Fevereiro o Conselho de Ministros decidiu elevar à categoria de Cidade a Vila de Moatize para adequar "ao seu actual estágio de desenvolvimento económico, social e cultural e ao número de habitantes", contudo no Orçamento de Estado essa desenvolvimento não foi traduzido em mais fundos.

O @Verdade apurou na rubrica de "Despesas gerais de funcionamento" o montante passou de 18,6 milhões de meticais, em 2019, para 21,9 milhões em 2020 contudo o "Investimento de Iniciativa Autárquica" reduziu de 18,9 milhões para 10,9 milhões de meticais.

Um contrassenso tendo em conta que a fórmula para o cálculo do montante de Investimento de Iniciativa Autárquica é baseado no tamanho da população e na área territorial, portanto se Moatize se crescimento do número de habitantes foi determinante para transformar a vila em cidade aparentemente não foi relevante para o Orçamento de Estado.

República de Moçambique Ministério da Economia e Finanças SISTAFE						
Orçamento do Estado para o Ano de 2020						
Despesa de Nível Autárquico - Tete						
Despesa Segundo a Célula Orçamental						
Unidades: 10 ³ MT						
Acção Orçamental		Grupo CED		Componente		Valor
Código	Designação	Código	Descrição	Interna	Externa	
90F000141 CIDADE DE TETE						
CTT-2020-0F01	CONSIGNAÇÃO DE RECEITAS DE JOGOS	14	TRANSFERENCIAS CORRENTES			26.500,00
000-0000-0F00	DESPESAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO	14	TRANSFERENCIAS CORRENTES			108.392,62
Total Despesa de Funcionamento						134.892,62
CTT-2005-8001	INVESTIMENTO DE INICIATIVA AUTARQUICA - CIDADE TETE			54.196,31		54.196,31
Total Despesa de Investimento						54.196,31
Total Geral						189.088,93
90F000241 VILA DE MOATIZE						
000-0000-0F00	DESPESAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO	14	TRANSFERENCIAS CORRENTES			21.876,77
Total Despesa de Funcionamento						21.876,77
VMO-2005-8002	INVESTIMENTO DE INICIATIVA AUTARQUICA - VILA MOATIZE			10.938,39		10.938,39
Total Despesa de Investimento						10.938,39
Total Geral						32.815,16
90F000341 VILA DE ULONGOE						
000-0000-0F00	DESPESAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO					
Total Despesa de Funcionamento						
VDU-2009-0001	INVESTIMENTO DE INICIATIVA					
Total Despesa de Investimento						
Total Geral						
90F000441 VILA DE NHAMAYABUE						
000-0000-0F00	DESPESAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO					
Total Despesa de Funcionamento						
NYB-2014-0001	INVESTIMENTO DE INICIATIVA					
Total Despesa de Investimento						
Total Geral						

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.